

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10-02-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Francisco Ferreira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Diana Paulino*.

304335325

Anúncio n.º 2252/2011**Prestação de contas de administrador (CIRE)****Processo n.º 440/10.7TBPR-D**

Requerente: Delfim Pereira Costa.

Insolvente: José Maria Gomes Ribeiro.

O Dr. Dr(a). Francisco Ferreira da Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Jose Maria Gomes Ribeiro, estado civil: Casado, nascido(a) em 16-07-1960, natural de Portugal, concelho de Paços de Ferreira, freguesia de Figueiró [Paços de Ferreira], NIF — 130220132, BI — 5941386, Endereço: Lugar de Vila Tinta, Figueiró, 4590-285 Paços de Ferreira notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º, n.º 1, CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

11 de Fevereiro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Francisco Ferreira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Diana Paulino*.

304341246

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES**Anúncio n.º 2253/2011****Processo: 3343/10.1TBPRD — Insolvência pessoa singular (Apresentação) 2.º Juízo Cível**

Insolvente: Manuel Fernando Castro Silva

Insolvente: Manuel Fernando Castro Silva, estado civil: Casado, nascido(a) em 31-08-1941, Endereço: Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 1783, 1.º, Baltar, 4585-014 Baltar, Paredes.

Administrador de Insolvência: Paulo Manuel Carvalho da Silva, Endereço: Praça Mouzinho de Albuquerque, N.º 113, 5.º S/919, 4100-359 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: manifesta insuficiência dos bens apreendidos para a massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas, nos termos do artigo 232.º, n.º 2 do CIRE.

Efeitos do encerramento: os elencados no artigo 233.º, n.º 1 e 2 do CIRE.

03-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Isabel Canha Machado*. — O Oficial de Justiça, *Tânia Viegas*.

304308393

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA**Anúncio n.º 2254/2011****Processo n.º 689/10.2TBPTL-D — Prestação de contas de administrador (CIRE)**

Insolvente: Construções Rendufense Unipessoal., L.ª

Credores: DGCI e outro

O Dr. Dr. Rui Silva Reis, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Construções Rendufense Unipessoal., L.ª, NIF — 505984946, Endereço: Rua General Norton de Matos, Apartado 43, 4990-118 Ponte de Lima, notificados para no prazo de 5 dias,

decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

10 de Fevereiro de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Silva Reis*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Sousa*.

304335658

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTIMÃO**Anúncio n.º 2255/2011****Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida) n.º 2557/10.9TBPTM**

Requerente: José Domingos & Companhia, L.ª

Insolvente: Virgílio Veiga — Construção Civil Unipessoal, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Virgílio Veiga — Construção Civil Unipessoal, L.ª, NIF — 505490935, Endereço: Rua do Mexilhão, N.º 69, Mexilhoeira da Carregação, 8400-000 Lagoa

A.I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do artigo 233.º do CIRE.

2-02-2011. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Delfina Paula Magalhães Teixeira*.

304304942

Anúncio n.º 2256/2011**Insolvência Pessoa Colectiva (Requerida) n.º 1699/09.8TBPTM**

Requerente: Dr. Virgolino Serrinho

Insolvente: Urbanização Monte Servo, Limitada

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Urbanização Monte Servo, Limitada, NIF — 500958831, Endereço: Sítio da Alcalar, Restaurante Amadeus, Maxilhoeira Grande, 8500-000 Portimão.

A.I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do artigo 233.º do CIRE.

2-02-2011. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Delfina Paula Magalhães Teixeira*.

304305039

Anúncio n.º 2257/2011**Insolvência Pessoa Colectiva (Apresentação) n.º 2025/10.9TBPTM**

Insolvente: Paraíso da Rocha Hotelaria e Turismo L.ª

Credor: Diamantino Martinho Luís e outros

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Paraíso da Rocha Hotelaria e Turismo L.ª, NIF — 503668605, Endereço: Quinta de S. Pedro, Lt. 107, R/c, Mexilhoeira da Carregação, Estombar, 8400-000 Lagoa

A. I.: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: os constantes do artigo 233.º do CIRE.

2-02-2011. — O Juiz de Direito, *Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Delfina Paula Magalhães Teixeira*.
304305096

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 2258/2011

Publicidade de sentença e notificação de interessados

No 4.º Juízo Cível do Porto, 3.ª Secção de Porto, no dia 31-01-2011, pelas 18:30, foi proferida sentença de declaração de insolvência, Proc. N.º 91/11.9TJPRT, do(s) devedor(es):

Rui Fernando Alves Castanheira, estado civil: Casado, NIF — 122930134, BI — 5814000, Endereço: Rua das Cegonhas, N.º 89 — 5.1, 4250-121 Porto

Ana Maria Guimarães Ferreira Alves Castanheira, estado civil: Casado, NIF — 185842372, BI — 5945049, Endereço: Rua das Cegonhas, N.º 89 — 5.1, 4250-121 Porto com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Joaquim António da Silva Correia Ribeiro, Endereço: R. do Rosmaninho, 35 — 1.º, Apart. 1.2, Pedrouços, 4425-438 Maia, NIF 140471030.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14-04-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

2-02-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria G. Morais*. — O Oficial de Justiça, *Regina Pinheiro*.

304302203

TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE LANHOSO

Anúncio n.º 2259/2011

Processo: 101/10.7TBPVL-H

Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Estação de Serviço Venâncio & Horácio, L.ª

O Dr. Herculano José R. Esteves, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Estação de Serviço Venâncio & Horácio L.ª, NIF — 501445781, Endereço: Lugar de Beche, Vilela, 4830-000 Póvoa de Lanhoso, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

31-01-2011. — Juiz de Direito, *Dr. Herculano José R. Esteves*. — O Oficial de Justiça, *Maria Isaura Silva Castro*.

304291148

Anúncio n.º 2260/2011

Processo: 35/11.8TBPVL

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

No Tribunal Judicial de Póvoa de Lanhoso, Secção Única de Povoas de Lanhoso, no dia 04-02-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Maria Fernanda Peixoto Sousa Castilho, estado civil: Casado, nacional de Portugal, NIF — 101204051, BI — 3374884, Endereço: Av. 25 de Abril, N.º 47 — 2. Esq., Nossa Sr.ª do Amparo, 4830-512 Póvoa de Lanhoso, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;